

Gênero: por uma abordagem histórico-sociológica.

Gilmara de Melo Ferreira Alves*

Jussara de Melo Ferreira**

1.1. As relações de gênero como problemática sociológica

A problemática do gênero irrompeu no campo acadêmico com tanta ênfase que hoje integra o campo teórico e empírico de vários ramos das ciências sociais (Fonseca, 1995). A categorização do sentido que a problemática da mulher foi assumindo nas discussões sobre gênero refere-se a diferentes contextos sociais e temporais. Na década de 1960, o tema passa a ser de análise acadêmica, considerando o papel da mulher numa perspectiva vitimizada. Segundo Fonseca (1995), a pesquisa consistia em tornar manifesto os mecanismos de dominação com o intuito de corrigir distorções e instituir uma nova igualdade entre os sexos. Isso acontece nos Estados Unidos, num cenário de grande mobilização social contra a discriminação e a violência contra a mulher, contra a guerra do Vietnã e o preconceito racial.

Já por volta da década de 1970, surge um segundo momento em que as discussões sobre a mulher deslocam a ênfase de vítima para a mulher heroína, aliada à possibilidade de desenvolvimento social, particularmente nos países em desenvolvimento e nas regiões marginalizadas.

O conceito de gênero trazido pelo feminismo diz respeito à dimensão socialmente construída do feminino e do masculino, que transformou o sexo, fator biológico, em gênero, fator social (Barbieri, 1993). “Não se nasce mulher, torna-se mulher” é a famosa frase de Simone de Beauvoir que sintetiza a tese feminista de que não existe destino biológico feminino, que a civilização transformou o sexo em gênero e que na sexualidade está a raiz da opressão feminina (Safiotti, 1985).

O novo feminismo, que explodiu a partir dos anos 70 do século XX, ressaltou a tomada de consciência das mulheres a respeito de sua opressão e exploração.

* Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Campina Grande, em 2006, atual professora do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I e aluna especial do Programa de Pós-graduação em Sociologia em nível de doutorado.

** Graduanda em Serviço Social, Vice coordenadora da ONG Ministério Farol, Educadora Social e Conselheira do Conselho Municipal da Criança e do adolescente CG-PB.

Traduzido por ações movidas em favor da liberação sexual e da igualdade de direitos, levantou a questão da existência de outras relações de poder, além das de âmbito público e estatal, que cruzam as relações sociais e atuam no mundo privado e pessoal.

Politizando o mundo privado, ampliou a noção de sujeito: não existe mais um só sujeito histórico transformador das relações sociais entre capital e trabalho. Todos os múltiplos sujeitos que a partir de sua opressão específica vivem uma relação subalterna são chamados a participar dessa transformação, na sua diversidade e singularidade, produzindo novas alternativas sociais (Safiotti, 1985).

Se inicialmente os estudos sobre a mulher alimentavam o “feminismo da igualdade”, na segunda fase se afirma sob outra perspectiva, passando a se configurar como “feminismo da diferença”. Ampliando a noção de política, o feminismo questionou as relações de poder, a organização social e a vida cotidiana. Elaborou um novo conceito de igualdade, não mais limitado à igualdade jurídica (dos primeiros movimentos sufragistas), mas centrado na abolição dos privilégios de sexo, questionando o androcentrismo social que toma o homem como protótipo do ser humano e universal. Contribuindo para gerar uma nova noção de identidade social, resgatou a prática da individualidade das mulheres como sujeitos sociais, modificando consciências e concepções. E, dessa forma, convidou a sociedade a aprender a se conjugar também ao feminino (Correa, 1993; Calió, 1992; Boff, 2000; Annas, 1993; Bruschini, 2001; Vandana, 1993).

Entendida como categoria de análise da realidade social e vista a partir dos vários espaços onde ela se constrói (na cidade, na família, no campo, no mercado de trabalho, nas instituições, na subjetividade...), a noção de gênero torna visível às relações sociais entre os sexos (Biuster, 1996; Kartchevsky-Bulport, 1989).

O feminismo, questionando a “universalidade do masculino” socialmente dominante, avança reflexões sobre a questão das vivências diferenciadas dos sexos com o espaço, a partir da afirmação de que as relações sociais entre os homens e mulheres mediatizam a organização de toda formação sócio-espacial (Moraes, 1997; Tolba, 1980; Nicholson, 1993).

A análise da categoria de gênero, não é, por assim dizer, simples. Pelo contrário, ela se complexifica dentro de várias vertentes de estudos que envolvem a mulher. Portanto, se gênero é uma construção social, como podemos tratá-lo como uma coisa? Se é condicionado pelo contexto político, ecológico e social em que se encontra, como podemos pressupor continuidades entre um lugar e outro? Além de que, é uma categoria relacional, pois para uma apreensão significativa de gênero é preciso que se estudem as relações mulheres - homens, mulheres - mulheres e homens - homens (Scott, 1986).

Saffioti (1992) faz uma análise da categoria gênero sob uma perspectiva dialética em que pontua a subjetividade do conhecimento. Ela formula que “é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades e direitos do outro gênero”. O gênero é uma relação social, afirma, e assim, pressupõe uma interação e não uma oposição entre as partes do jogo. A partir daí, podemos considerar que o gênero é uma categoria que deixa transparecer a “trama das relações sociais” e nos remete a uma forma de ser no social, a uma maneira de viver essas relações em todos os âmbitos, a um estilo de vida culturalmente definido. É a postura que o ‘macho’ e a ‘fêmea’ assumem socialmente a partir de construções simbólico-culturais tão internalizadas e institucionalizadas, como diria Durkheim, que têm uma força coercitiva, que passam a ser discutidas e consideradas como naturais, como se elas sempre existissem e se organizassem sob a mesma perspectiva.

A definição de gênero no sentido de uma construção cultural estimulou uma ampla corrente de análises de ‘homens’ e ‘mulheres’ como categorias simbólicas em diferentes culturas. Busca-se uma explicação universalizante ‘cultural’, não biológica ao ordenamento binário e hierárquico das associações simbólicas do masculino e feminino. Mas a questão de gênero, ao nosso ver, deve combinar duas noções: construção cultural e relação social, abrindo um vasto campo de análises constituído numa tripla dimensão: dar conta das variações culturais e da historicidade das práticas sociais; articular-se com os processos de individuação, autonomia e construção de identidades; e abordar a construção e as práticas de gênero em termos de relações de poder (Scott, 1986; Barbieri, 1993; Pinto, 1992; Rago, 1996; Fonseca, 1996). Daí a complexidade e o desafio de se abordar sociologicamente uma categoria tão repleta de diferentes perspectivas e inúmeras abordagens.

1.2 Gênero e papéis sociais

Tradicionalmente, a mulher tem sido identificada com o espaço do privado, com a casa e os cuidados com a família. Já o homem, é socialmente preparado para encarar o espaço público, a política, as relações interpessoais, o trabalho extra-casa e o contexto social mais geral. O espaço público é o espaço próprio da coletividade, é identificado com a razão, a impessoalidade e o homem. Cabendo a este, a produção e a força. Já a mulher tem sido identificada com a delicadeza, a família, a vida doméstica e a casa (Corrêa, 1993).

No entanto, esses papéis tradicionais de gênero têm sido fortemente questionados nas últimas décadas; em ambos os espaços rural e urbano, já que a sociedade é dinâmica e se organiza sob formas muito específicas dando lugar a realidades diferentes, contrastantes.

A partir disso, enfatizamos que a organização e distribuição do tempo de atores sociais estejam estruturadas em torno de atividades centrais que reforçam sua identidade e aumentam o *status* e poder dos papéis diferenciados entre os gêneros, pois cada ator social, em sua distribuição de tempo, procurará satisfazer prioritariamente as atividades mais estreitamente relacionadas com a sua própria percepção de seu papel chave (Cebotarev, 1977).

Segundo Cebotarev (1977), em papéis tradicionais, identificados com certa rigidez com atividades específicas, como o papel complexo da mulher, que inclui o conjugal, materno e doméstico, a introdução de atividades novas tenderá a estender o tempo dedicado ao trabalho, sem deslocar algumas das atividades relacionadas com o papel chave, resultando na “dupla jornada de trabalho”, típica de mulheres que trabalham em todas as partes do mundo.

Assim, além das limitações geralmente reconhecidas (valores tradicionais, níveis baixo de escolaridade, restrições estruturais, etc.), que dificultam a inserção das mulheres na esfera pública (do trabalho, participação política, cultural, etc.), determinados papéis chave exercidos pelas mulheres influenciam o conjunto de fatores que envolvem as relações entre gêneros, com especial enfoque para o papel sócio-cultural desenvolvido pela mulher, em suas diferentes articulações e percepções de tempo e espaço. Portanto, as pesquisas feministas a partir da epistemologia dos estudos de gênero, não podiam admitir a “naturalização” da mulher, principalmente dentro das correntes teóricas reducionistas que tentam envolvê-la sobre particulares perspectivas, relacionando-a a concepções patriarcais com modelos universalizantes de fragilidade, sensibilidade, maternidade, etc.

Embora os estudos de gênero sejam abordados por várias correntes epistemológicas interdisciplinares, partimos da perspectiva teórico-sociológica de gênero proposta por Rosaldo (1994), que rejeita o essencialismo e universalismo nos estudos de gênero e reivindica sua compreensão a partir da divisão institucional das esferas doméstica e pública; por Scott (1986), que aborda gênero enquanto uma categoria relacional e social, constituinte das relações sociais, e enquanto forma de entender as relações de poder, e este não em sua concepção institucional de “classe” ou “estado”, mas em sua concepção micro, tal qual utilizada por Foucault, e também de Cebotarev (1977) em sua análise de gênero a partir dos papéis sociais que os homens e as mulheres desempenham na sociedade.

Rosaldo (1994) usou a categoria gênero para integrar e legitimar os estudos na academia e ampliar seu campo de investigação, referindo-se não só às mulheres, mas à “organização social da relação entre os sexos” (Mendes, 2002). A autora critica pesquisadores que buscam por origens, verdades universais e dicotomias que acabam reforçando a visão de que as diferenças de gênero devem ser explicadas pela fisiologia sexual; ela sugere, portanto, que se considere o papel dos homens e mulheres como produto das ações humanas, localizadas em sociedades históricas, rejeitando as convencionais suposições sexistas de que a dominação masculina e a sujeição feminista são universais. Para ela, a questão não é contrapor um sexo ao outro, mas averiguar as desigualdades de gênero a partir das esferas de atividade doméstica e pública. O argumento central utilizado pela autora é de que em toda sociedade, a assimetria sexual corresponderia a uma divisão institucional entre as esferas de atividade doméstica e pública, uma construída em torno da reprodução, dos laços afetivos e familiares, conferida geralmente às mulheres, e outra relacionada à coletividade, ordem jurídica e cooperação social, conferida aos homens. Nessa relação doméstico-público as atividades públicas são mais valorizadas que as domésticas.

Desse modo, segundo Mendes (2002), a indicação de Rosaldo (1994) é de que gênero seja entendido em termos político e social, considerando-se as formas específicas de relações sociais e desigualdades sociais, o que significa que esta noção não deve ser concebida como um fato unitário, determinado em todos os lugares pelos mesmos tipos de preocupações, mas como um produto complexo de várias forças sociais. Antes de constatar e contrastar diferenças entre homens e mulheres é preciso perguntar como essas diferenças são criadas por relações de gênero. Assim, se deve evitar a tradição conceitual que via ‘essência’ nas características naturais que distinguem as mulheres dos homens, e a que declara que a condição atual das mulheres deriva do que ‘em essência’, as mulheres são. Homem e mulher são categorias sócio-culturais construídas para estabelecer significações.

A partir daí, destacamos a perspectiva de Strauss (1999), que elabora uma noção de identidade dinâmica associada ao desempenho de diferentes papéis articulados a experiências específicas de vivências em mundos sociais particulares. Rejeita, assim, uma visão estática de identidade, estabelecendo relações relevantes entre os diferentes atores e processos sociais. O autor se preocupa não só em estabelecer relações entre trajetórias individuais e estrutura social, mas, sobretudo, de situá-las dentro de uma perspectiva histórica, percebendo os indivíduos como sujeitos e objetos de processos mais amplos. Essa visão dinâmica de transformação de identidade, através do desempenho de papéis dentro de um quadro histórico

considera as diferenças internas das sociedades, focalizando as descontinuidades de códigos e linguagens.

A realidade social, portanto, tem o caráter de processo, através das relações dinâmicas entre indivíduos desempenhando papéis em permanente mudança. Para Strauss (1999), a ‘negociação’ da vida social, com suas redes de ‘negociação’, pressupõe a possibilidade de conflito a partir das diferenças de posição, interesses e valores. Assim, todas as ordens sociais são provisórias e precárias, sendo os indivíduos inseridos no contexto de suas unidades constitutivas. Não há como isolar identidades individuais de coletivas, pois elas se constituem reciprocamente. Por outro lado, as identidades coletivas são historicamente elaboradas, atuando nas identidades pessoais como memória permanentemente atualizada.

Temos, portanto uma realidade dinâmica, em que os atores sociais estão constantemente reorganizando suas atividades e seus papéis, respondendo tanto a pressões externas quanto internas à comunidade. Estas respostas não serão homogêneas, da mesma forma que as pressões não atuam homogeneamente. E se esta heterogeneidade é gerada por uma diferenciação étnica, de classe social, de faixa etária, será também definida pela diversidade de gênero. Tanto as pressões sobre homens e mulheres quanto suas respostas a estas pressões serão marcadas pela diferença (Cunha, 1998).

Daí a importância de se estudar gênero como uma problemática sociológica, já que esta envolve questões tão complexas e tão amplas, as quais têm um desdobramento que foi e é (re)construído em cada contexto histórico-social específico.

Referências

- ANNAS, J. **“Mulheres e a Qualidade de vida: Duas normas ou uma?”** Revistas: Estudos Feministas. Lua Nova. N 31. Pp. 135-155.1993.
- BARBIERI, T. **Sobre a categoria Gênero: Uma Introdução Teórico- Metodológica.** Recife. Edição SOS Corpo.1993.
- BIUSTER, J. B. Spanish Women Against Industrial Waste. **A gender perspective on environmental grassroots movements.** In: ROCHELEAU; D., SLAYTER; B. T. and WANGARI; E., Feminist Political Ecology global issues and local experiences.New York. London and New York.1996.
- BOFF, L. **O Resgate do Princípio Feminino.** In: A Voz do Arco Íris. Brasília. Letraviva.2000.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina.** Trd. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRUSCHINI, M. C. A. **Mulher, casa e família: Cotidiano nas camadas médias paulistanas.** São Paulo, Vértice.1990.
- BRUSCHINI; Cristina e PINTO; Célia Regina, (Org).**Tempos e Lugares de Gênero.** São Paulo. Ed. 34. Fund. Carlos Chagas.2001.
- CEBOTAREV, E. A. **A Organização do tempo de atividades domésticas e não-domésticas de mulheres camponesas na América Latina.**1997
- CUNHA, L. H. **Transformações na várzea do baixo Amazonas e condição de vida das mulheres.** Projeto de Pesquisa para disciplina Antropologia Social: Mulher, Relações de Gênero e Desenvolvimento. Belém: mimeo .1998.
- DUQUE, G. **Mulher, Meio Ambiente e Desenvolvimento: mapeando questões específicas do rural e do urbano.** In: Duque (org), Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ensaio e Pesquisas em Sociologia Rural. João Pessoa. Ed. Universitária / UFPB.2002
- FONSECA, C. **Uma Genealogia do “Gênero”.** In: SCOTT, Russell Parry (Org.) Pesquisando Gênero e Família. Revista de Antropologia. UFPE. Vol. 1, Nº 2. 1996.
- KARTCHEVSKY- BULPORT. **O Sexo do Trabalho.** Paz e Terra.1989

- MENDES, M. A.; **Estudos Feministas: Entre perspectivas modernas e pós modernas**. In: Caderno de Estudos Sociais. Recife. Vol. 18, nº 2. Julho / Dezembro. 2002.
- MIES, M. e VANDANA; S. **Ecofeminism**. New Jersey. Zed Books.1993.
- NICHOLSON, S. **Resgatando o Princípio Feminino**. In: O Novo Despertar da Deusa. Coleção Arco do Tempo. Rio de Janeiro. Rocco.1993
- PEIXOTO, C. E. (Org). **Família e Envelhecimento**. FGU, Rio de Janeiro, 2004.
- PINTO, C. R. **Movimentos Sociais: espaços privilegiados a mulher enquanto sujeito político**. In COSTA, A. & BRUSCHINI, C. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 127-150. 1992
- RAGO, M. **E se Nietzsche tivesse razão? A Categoria do Gênero no Pós estruturalismo**. In: SCAVONE, L. *Tecnologias Reprodutivas: gênero e ciência*. São Paulo. Universidade Estadual Paulista.1996
- ROSALDO, M. Z. **O uso e abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural**. *Revistas Horizontes Antropológicos*. Pp.11-36. 1994
- RUA, M.G. e ABRAMOVAY, M. **Companheiras de luta ou "coordenadoras de Painéis"**. Brasília: UNESCO. 2000
- SAFIOTTI, H. **Feminismo como una nueva óptica científico- política**. In: Encuentro sobre la Deuda Externa de América Latina y el Caribe. Havana, Julho. PE / IICA. 1985
- _____. **Rearticulando Gênero e Classe Social**. In: BRUSCHINI, C. & COSTA, A. O. (Orgs) *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos, FCC. Pp. 183-215. 1992
- _____. **O Segundo Sexo a luz da teorias feministas contemporanea**. In: MOTTA, A. B, et al. *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador: NEIM/ UFBA, 2000.
- SCOTT, J. **Gênero: uma categoria relacional**. *Revista Histórico- americana*. 1986
- STRAUSS, A. L. **Espelhos e Máscaras: A Busca de Identidade**. Sao Paulo. Edusp.1999.